**A FUNÇÃO DO DOCUMENTO EM PESQUISAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TEATRO DE JOSÉ DE ANCHIETA**

Maycom Cleber Araújo Sousa

Mestrando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades - UNILAB/CE

Bolsista FUNCAP

E-mail: maycom.cleber@gmail.com

Kaé Stoll Colvero

Professora Adjunta da UNILAB-CE. E-mail: kaecolvero@unilab.edu.br

**RESUMO**

Neste artigo discutimos, a partir do teatro do padre José de Anchieta, mais especificamente do Auto de São Lourenço, a função do documento em pesquisas de história da educação. Para isso, o trabalho encontra-se dividido em dois momentos, sendo o primeiro uma contextualização da pesquisa e o segundo uma discussão teórica da análise documental em pesquisas de história da educação, bem como o papel do documento neste procedimento metodológico. Na primeira parte do texto, trazemos informações introdutórias sobre a Companhia de Jesus, sobre o padre José de Anchieta, bem como da peça teatral que será analisada. Por fim, discutimos a respeito da análise documental a partir de teóricos como Le Goff (1992), Hunt (2001), França (1997), que discutem acerca da mesma temática. Temos como principal objetivo deste artigo demonstrar que os documentos, por si só, não são capazes de provocar uma aproximação real com o período histórico ao qual o historiador se propõe a estudar, já que, na verdade, estes fornecem sintomas, que por sua vez podem conduzir o pesquisador a diagnósticos. É pertinente ressaltar que os diagnósticos são alcançados a partir da percepção do pesquisador sobre os sintomas obtidos nos documentos, como também pela concepção teórico/metodológica utilizada para a elaboração do resultado final da pesquisa. Logo, as fontes pesquisadas oferecem dados, sendo assim, não são capazes de expressar uma realidade absoluta vivenciada no tempo histórico em estudo.

Palavras-chave: documentos. Análise documental. História da educação.

**Introdução**

Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado. Pretendemos aqui discutir aspectos relativos à análise documental, metodologia escolhida para a realização da mesma. Para isso, discorremos acerca da relevância da análise documental em pesquisas da história da educação a partir do objeto que pretendemos estudar, que é o teatro anchietano e o problema da alteridade jesuítica no decorrer das missões na América portuguesa quinhentista, em função da presença de um personagem específico em seu texto: o demônio.

Na Idade Média, difundiram-se as ideias do cristianismo das mais diversas formas. O teatro se apresenta como uma destas maneiras de propagação dos ideais cristãos entre as sociedades medievais. De acordo com Lima (2016), o teatro medieval trouxe aos palcos a presença do diabo e do inferno, fazendo com que o mal alcançasse a cabeça das pessoas para, por fim, firmar os ideais católicos nas mentes das mesmas. No teatro vicentino, por exemplo, o diabo era representado de diversas maneiras. Em alguns momentos era juiz, em outros era acusador, em algumas outras ocasiões se apresentava ainda como ludibriador (Furlan & Arnaud de Toledo, 2013). Esse mesmo cenário, de acordo com Jean Delumeau (1989), se fará presente na modernidade, quer seja na Europa, quer seja na expansão dos domínios reinícolas além-mar.

Na América portuguesa, os jesuítas utilizaram-se de um fenômeno de transplantação do diabo europeu para as terras do novo mundo (MELLO e SOUZA, 1993; RAMINELLI, 1996; BOSI, 1994; VAINFAS, 1995; CRESSONI, 2013). Com esta transplantação foram incorporadas as representações jesuíticas elementos pertencentes à cultura indígena sendo colocadas como alusivas ao diabo.

Os missionários, em especial José de Anchieta, lançaram mão do teatro para atingir suas intenções catequéticas. No entanto, para além disto, sistematizaram todo um projeto educacional em conformidade com a política do Padroado, isto é, que submetia as populações indígenas tanto aos preceitos cristãos quanto à coroa (CRESSONI, 2013).

Nesse sentido, cabia aos missionários a tarefa de doutrinar e inserir as populações indígenas como parte integral da sociedade portuguesa, como também torná-los cristãos. Para entender o trabalho dos jesuítas é necessário entender o surgimento da própria Companhia de Jesus.

A ordem foi fundada no ano de 1539 por Inácio de Loyola. Seu intuito principal era conter o grande crescimento do protestantismo, além de conquistar novos membros para a Igreja Católica. Os padres pertencentes à ordem atuavam desde confessores de reis e príncipes à professores e pregadores, sendo que o papel de educador ocupava o maior destaque e notabilidade dentre estes (Arnaud de Toledo, et.al, S.D, p. 03).

Os primeiros integrantes da Companhia de Jesus eram jovens estudantes universitários. O próprio Loiola estudava em Paris quando fundou a ordem, o que justifica a grande exigência pela educação dos que participariam da mesma. A Igreja Católica passou a ter esta exigência por perceber que a falta de preparo educacional de seu clero era uma das maiores críticas que a mesma sofria no século XVI. A partir disso, pode-se entender também o grande destaque dos jesuítas no que tange a educação (idem).

Os jesuítas foram os primeiros a organizar todo um sistema educacional católico, sendo que esse sistema não se restringiu à Europa. Para além disso, alcançou também as novas colônias portuguesas. Segundo Schmitz (1994, p. 129), “assumindo um sistema de ensino e educação sistemática, os jesuítas poderiam organizar-se melhor e atingir mais profunda e mais facilmente os diversos países e nações”.

Os jesuítas perceberam, desde sua chegada ao continente americano, que o trabalho catequético precisaria de adaptações. Na nova terra seria necessário incorporar elementos religiosos aos momentos de festividades onde estariam reunidos os indígenas. As cerimônias deveriam ter incorporadas ao seu ritual as danças, a música e as representações teatrais. Isto se dava porque essas novas atividades incorporadas às festividades atrairia a atenção dos presentes, provocando um quebrantamento de coração, o que lhes permitiria estarem aptos a alcançarem a salvação de suas almas (idem).

Neste estudo, nosso foco incidiu na análise do Auto de São Lourenço composto por José de Anchieta. Assim sendo, consideramos ser pertinente introduzir o leitor a respeito do autor em estudo. No colégio das Artes, Anchieta teve contato com peças teatrais com conteúdos bíblicos. Essas eram encenadas no pátio do colégio e possuíam forte influência da estética da tragédia e da comédia greco-romana.

Neste mesmo contexto, Portugal estava imerso na fase das inquisições. Com isso, os autos ganhavam maior fortalecimento enquanto representações teatrais na medida em que buscavam trazer elementos medievais para o teatro renascentista. Para Eduardo Navarro (1999), Anchieta sofreu grande influência do teatro de Gil Vicente, pois nesse mesmo período os autos desse autor eram muito populares. Ainda de acordo com Navarro, é visível nas obras de Anchieta as influências de elementos como a forma, o conteúdo e a utilização de alegorias e personagens.

A escolha do teatro de Anchieta, mais precisamente do Auto de São Lourenço, deu-se porque tal obra nos permite interpretar uma série de problemas relativos à formação da sociedade brasileira colonial, já que é possível encontrar na mesma as ideias de “religiosidade, da moral, da estética artístico-teatral, da pedagogia europeia, trazida por Anchieta, pelos colonizadores, ideias essas que aqui entraram em confronto com a realidade do Brasil quinhentista: uma cidade e um Colégio encravados em meio à mata selvagem” (HERNANDES, 2012, p. 04).

Para Hernandes (2012, p. 04), Anchieta, ao criar personagens indígenas, tanto do lado do Bem, “como Karaíbebé, como do lado do Mal, como Guaixará, Aimbiré e Saravaia, falando de temas e dos costumes indígenas, para descaracterizá-los em cena e ensinar os conteúdos cristãos”, tinha como intenção representar o outro, ou seja, o índio, a partir de sua própria visão de como esse deveria ser. Para tal, apropria-se de personagens da própria cultura indígena, demonizando-os e os colocando como vencidos, a fim de demonstrar como os índios deveriam se portar diante da experiência luso-cristã imposta a América (CRESSONI, 2013).

**A análise documental em história da educação**

Ao se fazer história da educação, de acordo com França (1997, p. 11), é necessário buscar compreender como os homens entendiam o seu próprio tempo. Logo, não se trata apenas de compreender fatos, isso porque estes são apenas os sintomas que nos conduzem a alguma forma de diagnóstico. Sem estes fatos não seria possível entender mesmo homem, uma vez que

cada momento histórico se reveste de uma atmosfera mental, presente nos mais insignificantes fatos, e que o historiador não pode ignorar, sob pena de transpor insensivelmente juízos e impressões do tempo em que vive para os tempos em que estuda. Precisa vacinar-se contra o anacronismo, não na apreciação do fato que é sempre eminentemente pessoal e contemporânea do historiador, mas a falsa atribuição da mentalidade de seus contemporâneos aos homens do passado (FRANÇA, 1997, p. 17).

Em muitos casos, de acordo com Cressoni (2008), o contato com os documentos selecionados para a pesquisa faz com o que o pesquisador chegue a constatação dos fatos. No entanto, para o autor supracitado, os documentos não possuem o papel de falar apenas por eles mesmos, ou seja, eles não são capazes de colocar o pesquisador em contato com a realidade total do objeto em estudo. Para que isto seja possível, o autor apresenta alguns questionamentos a serem feitos pelo pesquisador ao se deparar com documentos em uma pesquisa histórica. Indagações como quem produziu o documento? Quando? Qual o contexto da produção deste documento? Qual a intenção de quem elaborou o documento? A partir destes questionamentos, o historiador poderá perpassar os fatos e chegar à compreensão do verdadeiro objeto de quem faz história, a saber, o homem.

Como citado em linhas anteriores, os documentos não são capazes de produzir uma descrição do modo de vida de um determinado tempo histórico. Como explicita Cressoni (idem), eles não são capazes de realizar tal função porque apresentam fatos, que por sua vez conduzem o historiador a diagnósticos. Se os documentos, e por consequência, os fatos, fossem capazes de tal função, bastaria ao historiador juntá-los em uma sequência desejada e permitir que os mesmos explicitem como teria sido a vida no período em que está a historiar.

Um documento produzido em um tempo histórico anterior ao que estamos a viver deixa de ser apenas um pedaço de papel quando o historiador passa a analisá-lo, já que é nesse momento que surgem os fatos. Mesmo assim, não podemos compreender uma realidade vivenciada em um tempo histórico anterior ao que estamos vivendo apenas por um fragmento de vida estudado. Por este motivo, a história não pode ser tida como algo estático e acabado, mas como um objeto de estudo em constante movimento, cabendo ao historiador trazer novas interpretações sobre os fenômenos já estudados.

Acerca disso, Carr (1985) postula que a história não deve se deter em estudar acontecimentos mortos e acabados, pois ela deve se deter sobre novas experiências vivas e pulsantes, já que o passado não é algo morto, mas um passado que vive de alguma forma e com algum sentido nos tempos contemporâneos. Nesse sentido, “passa a ser incumbência do pesquisador o estabelecimento de seu foco de estudo, recorte temporal e espacial para, em seguida, portar-se como necessariamente um selecionador” (CARR, 1985, p. 14).

Essa seleção deve ser feita de acordo com os documentos que lhe interessem para alcançar seus objetivos. “Logo, a história passa a ser uma ciência do presente e não do passado. Diz-se algumas vezes: ‘A História é a ciência do passado.’ É [no meu modo de ver] falar errado” (BLOCH, 2001, p. 52)

A partir destes filtros que o pesquisador produz para desenvolver a pesquisa, e assim, alguns resultados são alcançados. Como consequência destes resultados, chegam até nós conteúdos, e estes, por sua vez, são resultados da seleção e da intenção do historiador que desenvolve toda uma linha investigativa a respeito de seu problema. Dessa maneira, são produzidos textos, e esses, por sua vez, não são representações reais da forma de vida de um período histórico, são recortes deste mesmo período que foram capazes de sobreviver a ação do tempo e dos homens (CRESSONI, 2008).

Nesta ótica, o papel do historiador é o de tentar interpretar a forma de ser e pensar de um determinado momento histórico a partir dos documentos que expressam as diversas formas de ser e pensar deste período. É pertinente ressaltar que além da documentação a ser analisada, a interpretação passa também pela ação do pesquisador que se dispõe a analisar tais documentos.

Acerca do supracitado, Le Goff, ao preocupar-se com os atos que atribuem sentido as fontes documentais, explicita que

de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, que pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (1992, p. 535).

De acordo com o mencionado nas linhas anteriores, o que chega até nós através dos textos escritos não são verdades únicas e absolutas de um determinado momento histórico, são partes de uma verdade que poderão ser encontradas a partir de recortes documentais selecionadas por historiadores, que por sua vez partiam de um ponto de vista anteriormente determinado, e que através destes documentos selecionados chegaram a uma possível resolução de seu problema inicial.

Nesta mesma perspectiva, Hunt, concebendo os documentos como indícios que contribuem para a apreensão de uma realidade social que se configura a partir das relações simbólicas expressas nos mesmos, postula que

Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos em relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico (2001, p. 18).

A autora corrobora com as afirmativas anteriores mencionadas, de que os documentos por si só não são capazes de traduzir uma realidade total de um determinado momento histórico. Para, além disto, necessitam passar pela ação do pesquisador, que submeterá os documentos a um método, para, por fim, trazer faces de uma verdade do momento histórico que se propôs a estudar.

Ao se referir a respeito de “estabelecer novas representações a partir do exercício crítico da análise documental”, Cressoni (2008) acredita que o pesquisador deve antes de qualquer coisa desconfiar dos resultados que surgem na documentação selecionada. Isto porque cada documento ganha vida a partir da intenção daqueles que o elaboraram, pois ele foi feito para dizer algo no momento em que foi produzido, contendo algo dito por alguém. Logo, cada documento foi escrito e produzido para atingir uma finalidade. A mensagem do mesmo foi produzida a partir de um conjunto de ideias do próprio. Portanto, o pesquisador, ao propor utilizar a análise documental, deve estar aberto a estes elementos presentes no mesmo.

A respeito do papel do documento em uma pesquisa histórica, Le Goff postula que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é coisa uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmitificando-lhe o seu significado aparente (1992, p. 547-48).

Le Goff (1992) convoca o historiador a analisar não apenas o conteúdo do documento, mas o instiga a ir além, e buscar entender os elementos que contribuíram para sua produção. É válido ressaltar que tais elementos partem tanto do autor do mesmo, quanto do seu meio de circulação e de produção.

A análise documental em uma pesquisa de história, e no nosso caso, em história da educação, requer muito mais que a simples análise dos dados informados no documento, pois, como exposto neste artigo, os dados trazem fatos que proporcionam ao pesquisador fazer um diagnóstico do problema. Assim, o aprofundamento da análise a partir dos aspectos mencionados possibilita a aproximação da reprodução real de uma das verdades do momento histórico estudado.

**O Auto de São Lourenço**

No Auto de São Lourenço, aparecem três idiomas: Tupi, Português e Castelhano. Os objetivos da composição do texto nos três idiomas supracitados seriam dois. O primeiro deles era o de atender as necessidades dos expectadores, tendo em vista que, conforme Anchieta (1948)

Nas festas religiosas nos aldeamentos, além da presença dos moradores locais, padres, índios cristãos, catecúmenos ou prisioneiros, que falavam a língua geral, contava-se ainda com a presença de religiosos recém-chegados, homens do governo, viajantes e militares, que eram portugueses ou espanhóis e não conheciam o tupi  (apud HERNANDES, 2012, p. 58).

O segundo objetivo, que era típico do teatro de moralidades, seria o de lançar mão das variações linguísticas caracterizando os personagens. Desse modo, se fazia a crítica a uma cultura ou outra (Hernandes, 2012).

No Auto de São Lourenço, o personagem principal (Aimbirê) fala a língua geral, tanto com os índios, quanto com Karaibebé, que é um personagem do Bem. Em determinado momento da peça, ao dialogar com os Imperadores Décio e Valeriano, fala em Castelhano e uma frase apenas em Guarani (idem). De acordo com Hernandes, “o texto em língua brasílica constituiria a parte principal do Auto e percebe-se, nele, a marca da pedagogia de Anchieta, visando, com a utilização de aspectos da cultura indígena, ao ensino da fé e da moral cristã” (idem, p. 04).

O teatro desta época normalmente não ocorria por si só e estava sempre ocorrendo dentro de festividades de maior expressão, o que provavelmente aconteceu com o Auto de São Lourenço. De acordo com Hernandes (idem), através de escritos encontrados no caderno de Anchieta, o segundo ato encontra-se numerado, o que levou Padre Cardoso a dividir este auto em cinco atos.

O primeiro ato, composto em Castelhano, acontece com a representação do martírio de São Lourenço, de acordo com o que consta na Legenda Áurea. É neste ato que o santo é queimado vivo em uma grelha. No segundo ato, ocorre o que sempre está presente no teatro de moralidades, a luta entre o bem e o mal, sendo o bem os ensinamentos dos padres e o mal “a cultura antiga defendida pelos inimigos dos padres – no caso, os índios tamoios, os pajés, velhos e velhas que não obedeciam aos padres” (Gambini, 2000, apud HERNANDES, 2012, p. 02).

Neste segundo ato, Karaibebé é São Lourenço, que fora queimado na grelha no primeiro ato. Nos dois atos, os dois personagens são mais parecidos com guerreiros que santos. No terceiro ato, Aimbiré e Saravaia, que foram presos e jogados no fogo pelos santos, foram convidados pelo personagem do Bem (Karaibebé) para capturarem Décio e Valeriano, que haviam sido os algozes de São Lourenço (Hernandes, 2012). Neste ato, a troca de línguas é muito mais frequente e há muitos elementos que demonstram uma riqueza grande de trocas culturais entre os envolvidos na peça. Para Hernandes (2012, p. 03), “uma dessas misturas é a cena de caça e captura das personagens Décio e Valeriano à moda indígena – ainda que Aimbiré se torne um diabo cristão quando dialoga com os imperadores Romanos”. Este é o ato considerado por Hernandes (2012, p. 03) como o mais importante da peça, pois, para o autor, ele demonstra o nascimento do teatro brasileiro.

O quarto ato traz personagens que fazem alegorias ao temor e ao amor de Deus. Essas personagens, de acordo com Hernandes (2012, p. 04), “foram anunciados pelo anjo que agora fala português e parece ser apenas o anjo cristão – e não mais caraíba voador, como nos atos antecedentes. Temor de Deus e Amor de Deus falam em castelhano”. Provavelmente esse ato tenha sido preparado para um público mais culto, haja vista a utilização do Castelhano na apresentação do mesmo. O quinto e último ato consiste na dança dos doze meninos que aparece em todos as peças de Anchieta. Os versos são em tupi, no entanto, a respiração e as técnicas vocais são portuguesas (idem).

O Auto de São Lourenço traz dados importantes sobre a composição estética do teatro de Anchieta e, para além disto, demonstra a intenção clara dos jesuítas com a utilização do teatro, ou seja, revela a finalidade catequizadora tanto do teatro, quanto do sistema educacional da Ordem.

**Considerações Finais**

Ao pesquisador que se propõe utilizar a análise documental com a finalidade de entender a vida social de um determinado momento histórico, cabe a tarefa de perpassar os dados informados nos documentos selecionados para a análise. A documentação em uma pesquisa de história da educação é capaz de falar muito sobre o período, no entanto, não nos revela a verdade vivenciada, e sim partes dessa verdade. É necessário ir além dos dados, tendo em vista que estes oferecem a possibilidade de encontrar diagnósticos para o problema.

O pesquisador necessita levar em consideração o contexto histórico do momento em que está a estudar para tentar entender os efeitos e/ou influências do meio na produção do documento em estudo. Deve-se ainda levar em consideração que este documento possui uma mensagem e essa será direcionada a um receptor. O emissor da mensagem tinha objetivos específicos a serem alcançados, para tanto, escreveu a mensagem de acordo com um conjunto de ideias que o regiam, logo cada documento são partes de uma verdade, não sendo estes capazes de, por si só, revelar a vida social do momento histórico em análise.

No caso do Auto de São Lourenço, peça teatral composta por José de Anchieta e que foi objeto de análise de nossa pesquisa, não podemos nos deter apenas sobre as informações constantes do texto da peça. Caso isso tivesse acontecido, não conseguiríamos encontrar elementos que justificassem a intencionalidade por trás da escrita e apresentação da mesma.

Falando de uma outra maneira, o texto escrito por Anchieta, por si só não seria capaz de descrever todos os fatos envolvidos na produção deste Auto. Logo, para compreender o contexto histórico em que ele foi produzido, é necessário levar em consideração o meio no qual isto ocorreu. Em síntese, o documento apresenta fatos, mas é a ação reflexiva do pesquisador acerca de todo o contexto e do documento que poderá produzir as respostas que o mesmo busca encontrar com a pesquisa.

**Referências**

BLOCH, M. **Apologia da história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARR, E. **Que é História**? 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e normas complementares. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

CRESSONI. F. E. **Educação de escravos africanos**: uma leitura de Vieira. Programa de pós-graduação em educação. Faculdade de ciências humanas. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba. São Paulo. 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **A demonização da alma indígena**. Jesuítas e caraíbas na Terra de Santa Cruz. 2013. 165 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Franca, SP.

DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**. 1300-1800. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERNANDES, F. A. M. **A Comunicação na Pedagogia dos Jesuítas na Era Colonial**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

FRANÇA, E D’O. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURLAN & TOLEDO. **O teatro de José de Anchieta: uma análise por temas.** Universidade Estadual de Maringa. Maringá. 2013.

Hernandes, Paulo Romoaldo. José de Anchieta, o teatro e a educação dos moços do colégio de Jesus na Bahia do século XVI. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.47, p.24-42 Set. 2012.

HUNT, L. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, L. (Org.). **A nova história cultural**. 2ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2ª. Edição. Campinas: Unicamp, 1992.

LIMA, F. W. R. **Anchieta e os aspectos residuais do diabo medieval no Auto de Na Festa de São Lourenço**. Revista letras. V.6, n.1. p. 359-375, 2016.

MARTINS, E. O caráter afrobrasiluso, residual e medieval no Auto da Compadecida. In: SOARES, Maria Elias. ARAGÃO, M. S. S. de. (Orgs). **XVII Jornada de Estudos Lingüísticos**. Anais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará ­ UFC/Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste ­ GELNE, 2000, V.II.p. 264.

MELLO e SOUZA, L. de. **Inferno Atlântico**. Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **José de Anchieta**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

NÓBREGA, M. **Cartas Jesuíticas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

RAMINELLI, R. Império da fé: Ensaios sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 225-47.

REY-FLAUD, H. **Le Cercle Magique, essai sur le théâtre en rond à la fin du Moyen Age**. Éditions Gallimard, 1973.

SCHMITZ, E. **Os Jesuítas e a Educação**: a filosofia educacional da Companhia de Jesus. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios**. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.